



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS, CORTIÇA E AFINS DE GUAÍBA

INFORMATIVO ANO VI - Nº 53 - OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2006

CUT CNQ CUT
Central Única dos Trabalhadores Confederação Nacional do Ramo Químico

570 Trabalhadores Rejeitaram Proposta Patronal de 2,86%

Na última reunião, realizada entre o Sindicato Patronal e o SINPACEL, os representantes patronais apresentaram proposta de reajuste de 2,86% - INPC do período - sobre os itens econômicos que compõem a pauta de reivindicação: piso salarial e vale mercado. A Comissão representante dos Trabalhadores considerando que este valor está muito abaixo da expectativa dos seus representados e avaliando que esta proposta não precisaria de explicações, decidiu por levar as urnas a todas as empresas da base para que o maior número de trabalhadores pudessem se manifestar.

Entre os dias 6 e 10 de novembro o SINPACEL disponibilizou urnas de votação nas empresas da base,

na modalidade de consulta, para que os trabalhadores pudessem votar pela aprovação ou rejeição da proposta patronal. O resultado foi seguinte: 570 trabalhadores votaram pela rejeição da proposta, o que correspondeu a 92,1% dos votos válidos. O Sindicato dos trabalhadores enviou correspondência ao Sinpasul, oficializando o resultado obtido.

O SINPACEL espera que nas próximas reuniões o Sindicato Patronal apresente proposta condizente com a realidade, reconhecendo o valor, o profissionalismo, o empenho e a dedicação de cada um de seus empregados, que contribuem valorosamente para o crescimento das empresas da nossa base.

Nova Contratação: Sinpacel faz convênio com Dra. Mariza - Cardiologista

A partir do dia 1º de novembro o Sinpacel passa a contar com os serviços de Dra. Mariza Carvalho Fernandes, especialista em Cardiologia, convênio mantido visando satisfazer as necessidades dos nossos associados e dependentes que utilizam o serviço médico. As consultas serão autorizadas pelo Sindicato e agendadas por telefone em seu consultório: Rua Dr. Lauro Azambuja, 118 - 6º andar - sala 610 - Centro - Guaíba, Fone: 3480 34 71.

PPR 2006 CELUPA

Em setembro, foi realizada audiência na vara do trabalho de Guaíba, onde através de conciliação entre Sindicato e Celupa, ficou definido, que, para este ano o Plano de Participação nos Resultados (PPR), seria negociado tomando por base as metas praticadas em 2005, sendo que, algumas delas seriam reavaliadas em função de novos procedimentos adotados na área de produção, o que tornariam enviáveis os seus atingimentos.

Desta forma, analisando os números e objetivos que compõe o Plano de Participação, representantes do Sinpacel, em reunião realizada em 05 de outubro, apresentaram uma proposta para a Celupa com o objetivo de chegarmos a um acordo com relação às negociações do PPR 2006, que no mínimo contemple cada trabalhador com o percentual de 80% dos salários.

O Sinpacel acredita que a via da negociação é sempre a melhor forma de solucionarmos impasses entre capital e trabalho. Assim sendo aguardamos retorno da empresa Celupa á respeito da proposta apresentada, para que possamos retomar as negociações a fim de chegarmos a um acordo com relação ao PPR.

Nota de Esclarecimento do SINPACEL

Muitos trabalhadores procuraram o Sindicato para cobrar porque o Sinpacel não participou do manifesto no estande da Aracruz montado no Ginásio de Esportes Coelho, nos dias da 17ª Reculuta. Questionaram, também, porque estava presente outro sindicato que não representa a categoria.

A Direção do Sinpacel esclarece que não foi convidada a participar de tal evento, pois se fosse convidada participaria com certeza. Mas parece que os convites foram feitos levando em conta a partidização. Condição esta que para a Direção do Sinpacel não é novidade e vê como um fato normal dentro de um ambiente democrático no qual vivemos. Pela mesma razão, a Aracruz tem o direito de convidar quem ela quiser a participar, que foi o caso do sindicato que apoiou o evento.

A Direção do Sinpacel informa que sempre defendeu e sempre defenderá os direitos dos trabalhadores e principalmente a defesa dos postos de trabalho!



Caldas dando boas vindas à Dra. Mariza

Convite aos Trabalhadores

12º Encontro Esportivo Comemorativo aos 55 anos de aniversário do SINPACEL

Modalidades: futebol de 7 masculino e feminino e bolão

Data: 09/12/2006

Início: 08:00

Local: Ginásio Esportivo do Sesi

- Apresentações artísticas deverão ser inscritas na sede do Sindicato e deverá ser informado tempo de apresentação;
- Os convites poderão ser adquiridos com os sindicalistas de cada empresa ou na sede do Sindicato;
- Para os Sócios o valor é de R\$ 3,00.

Venha Participar, pois o Sindicato somos todos nós!!!

Nota de Falecimento

Notificamos o falecimento de Dra. Loanda Lugon Fully, no dia trinta de setembro, onde não resistiu as complicações de sua enfermidade. Hospitalizada desde julho/06 no Hospital de Cardiologia de Porto Alegre com quadro de enfisema pulmonar, logo, passando por uma cirurgia cardíaca. Com sessenta e cinco anos de idade, apaixonada e dedicada por sua profissão, atuava na área médica como cardiologista e pneumologista. Mantinha convênio com o Sinpacel na especialidade de cardiologia. Admirada como mulher e profissional partiu deixando saudades à família, aos amigos, pacientes e colegas.

5º TURNO NA SANTHER

É em um clima de muita expectativa e confiança que os Trabalhadores(as) de turno da Santher aguardam a chegada do dia 1º de janeiro de 2007, quando entrará em vigor o regime de trabalho de 6x4, com adicional inicial de 33% no salário. Para quem é novo na empresa, é importante informar, que esta conquista dos trabalhadores não foi de uma hora para outra. A luta do nosso Sindicato e dos Trabalhadores na busca de um acordo que garantisse essa jornada de trabalho durou anos e foi muito dura. Trabalhador motivado é resultado positivo para a empresa na certa. E, é isso que estamos vendo: os novos recordes estão aí...

CUT celebra reeleição de Lula como continuidade de avanços para trabalhadores

A Central Única dos Trabalhadores apoiou a reeleição do presidente Lula após decisão de 85% dos delegados ao 9º Congresso Nacional da entidade, realizado em junho. Na ocasião, elaboramos uma resolução que formalizou esse apoio e o definiu como uma das tarefas do atual mandato.

Lula está reeleito. Continua, portanto, aberta a possibilidade de manter avanços e de introduzir outras mudanças que apontem para um país socialmente mais justo.

O posicionamento da CUT frente ao novo mandato do presidente Lula também foi definido de maneira democrática, durante o 9º Congresso. Vamos pressionar, junto com os movimentos sociais, os poderes Executivo e Legislativo para implementar as mudanças que consideramos essenciais para o Brasil. Essas mudanças estão expressas no documento intitulado Plataforma Democrática dos Trabalhadores, que pode ser resumido a partir de quatro eixos principais:

projeto nacional para a justiça social e a soberania nacional
pelo desenvolvimento com distribuição de renda
por mais democracia e organização do Estado no Brasil
mais direitos para o povo

Duas importantes ações, que apontam para a concretização desses objetivos, já estão programadas. Em dezembro, vamos realizar a 3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo, com apoio de outras centrais sindicais. Nos anos anteriores, a Marcha resultou nos reajustes que tanta importância tiveram para melhorias sociais recentes.

E, já em novembro, a CUT estará entregando oficialmente para as entidades patronais a pauta de reivindicações da Campanha Unificada dos Trabalhadores, em busca de abertura de negociações rumo ao contrato coletivo nacional. Em seguida, a mesma pauta será entregue aos governos federal, estaduais e municipais.

Artur Henrique - Presidente Nacional da CUT

Aposentados podem receber multa do FGTS

Decisão do STF, com validade nacional determina que pagamento será relativo a todo o período na empresa. Trabalhadores aposentados que optam por continuar na empresa devem ganhar o direito de indenização semelhante ao dos demais funcionários em caso de demissão sem justa causa.

Graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) anunciada recentemente, a multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pela demissão deve ter como base de cálculo todo o período trabalhado, e não apenas o tempo transcorrido depois da aposentadoria, como determinava a legislação.

O STF entende que a aposentadoria não extingue o contrato de trabalho, caso o profissional continue na empresa. Assim, a fundamentação usada pelos juízes até então para permitir que as empresas pagassem a multa a partir da aposentadoria não vale mais: a lei foi considerada inconstitucional, explica o advogado da Juchem Advocacia Henrique José da Rocha.

A tendência é de que os tribunais tenham a mesma leitura do STF - afirma o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra) da 4ª Região, Ary Marimon Filho.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já suspendeu a orientação jurisprudencial utilizada nas decisões dos juízes de acordo com a antiga legislação. A súmula do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS) orientando os magistrados sobre o assunto também foi cancelada.

Agora, as empresas devem se adaptar às novas diretrizes. O empregador precisará pagar a multa rescisória sobre todos os depósitos no FGTS para evitar processos.

Comissão aprova aumento real do mínimo e fim do fator previdenciário

Relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo (composta por senadores e deputados) aprovado nesta quarta-feira atrela o ajuste anual do mínimo - a ser concedido sempre no mês de abril - à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos últimos 12 meses. Além disso, a proposta determina que, ao valor corrigido, será agregado aumento real proporcional a duas vezes o crescimento do PIB verificado no ano anterior. O relatório prevê ainda que o reajuste das aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) vão acompanhar as mesmas regras. Os aposentados, de acordo com o texto aprovado na comissão, ainda serão beneficiados pelo fim do fator previdenciário. As mudanças foram distribuídas, no relatório, em quatro projetos de lei e uma proposta de emenda à constituição, que vão tramitar na Câmara e no Senado.

Os recursos necessários para cobrir o aumento de despesas no Orçamento da União devido às novas regras, de acordo com a proposta de Paim, virão do aumento da carga tributária para as empresas mais lucrativas. "Quem mais lucra vai pagar mais", disse.

Cofins

A proposta reduz a alíquota de contribuição patronal (que hoje varia de 21% a 23%, dependendo do risco das atividades da empresa para o trabalhador) para 15%. Entretanto, o projeto aumenta de 3% para 4% sobre o faturamento (que passa a desconsiderar os gastos com salários e contribuição patronal) a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na modalidade cumulativa. Quando for apurada de forma não-cumulativa, a alíquota subirá de 7,6% para 10%.

Durante a apresentação do relatório na manhã de hoje, o autor do relatório, o senador Paulo Paim (PT-RS), garantiu que essas mudanças vão assegurar o aumento de arrecadação para cobrir os gastos com os aumentos maiores para o salário mínimo e com as novas regras para cálculo de benefícios previdenciários. O Senador mais tarde afirmou à Agência Câmara que "não é bem assim". "Estou diminuindo os impostos", garantiu.

Poder de compra

Paim disse que as novas regras permitirão a recuperação do poder de compra do mínimo. O

Os trabalhadores que não receberam a multa seguindo a nova decisão poderão recorrer à Justiça, com probabilidade de ganho. Para isso, explica Marimon, o profissional deve ter sido demitido há no máximo dois anos. Quem já havia movido ação pedindo esse direito e perdeu, não poderá repetir a tentativa.

Entenda o caso

Em 1997, uma Medida Provisória (MP) acrescentou à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) um parágrafo dizendo que, quando um empregado se aposenta, extingue-se o vínculo trabalhista, sendo que ele pode optar por continuar na empresa, mas com um novo contrato de trabalho.

A partir daí, os tribunais entenderam que, em caso de demissão por justa causa, as empresas deveriam pagar a multa rescisória de 40% sobre o FGTS depositado apenas no período posterior à aposentadoria.

Em novembro de 1997 três partidos políticos (PCdoB, PDT e PT) entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei no STF.

No dia 11 de outubro, o STF julgou a Adin e declarou a lei inconstitucional, por entender que a aposentadoria não implica o término do vínculo de trabalho. Agora as empresas terão de pagar a multa sobre todo o FGTS recolhido durante a permanência dos trabalhadores nos seus quadros.

Fontes: Ary Marimon Filho (Amatra), Cláudio Dias de Castro (Veirano Advogados), e Hugo Carlos Scheuermann (TRT)

deputado Marco Maia (PT-RS) afirmou que o relatório congrega o pensamento médio de todos aqueles que discutem o problema do salário mínimo e da Previdência Social. "Eu não tenho dúvida que, com as bases econômicas que estão apresentadas hoje no país, é possível se pensar nos próximos 4 anos em uma política melhor para recuperação do salário".

O aumento progressivo do mínimo, nos termos da proposta, passa a impactar ainda mais os cofres da Previdência, porque o reajuste valerá para todas as aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A nova regra, porém, se for aprovada, será implantada gradativamente ao longo de cinco anos, à proporção de 20% ao ano, contemplando inicialmente de maneira mais significativa os benefícios menores até englobar, de maneira uniforme, todos os benefícios. Em 2006, ao passo que as aposentadorias e pensões de um salário mínimo receberam o reajuste de 16,67%, os benefícios de valor superior foram aumentados em apenas 5,01%.

Extinção do fator previdenciário

Outra medida aprovada é a extinção do fator previdenciário. Para se ter uma idéia, o trabalhador que recebe um salário de R\$ 5 mil pagará a alíquota de 11% sobre um salário de contribuição de R\$ 2.801,82, o valor máximo pago pela Previdência. Ao se aposentar, entretanto, sua aposentadoria se distanciará desse teto de maneira proporcional ao número de anos que contar para atingir a expectativa de vida estimada pelo IBGE.

Paulo Paim afirmou que é uma injustiça impor o fator previdenciário aos trabalhadores da iniciativa privada e poupar os servidores públicos. "Por que sobre os R\$ 24,5 mil de salário dos ministros do Supremo não se aplica fator previdenciário? Não é justo". Paim ponderou que sua proposta não é estender o redutor para os servidores públicos, mas permitir que todos se aposentem com o valor do salário de contribuição. "Quem paga [contribuição] sobre dez salários, se aposente com dez salários; quem paga sobre dois salários, aposente-se com dois salários", enfatizou.

Jornal da Câmara dia 05/10/2006

Reportagem - Edvaldo Fernandes/Silvia Mugnatto
Edição - Wilson Silveira

CONJUNTURA

- US\$ 31,2 Bilhões de superávit, recorde até o mês de setembro, papel e celulose colaborou com 31,9%.
- Mais alta da Celulose – preço da fibra curta sobe em novembro em média US\$20 em todas as regiões do mundo, nos EUA preços vão chegar a US\$715 por tonelada.
- LUCRO DAARACRUZ SOBE 20% - No terceiro trimestre deste ano a Aracruz obteve lucro líquido de R\$277 milhões, um aumento de 20% em relação ao trimestre anterior. A receita líquida somou R\$938,2 milhões, 23% maior que o mesmo período de 2005.
- Grandes Companhias tem Lucros Quadruplicados no Governo Lula - O lucro das grandes empresas do setor produtivo mais do que quadruplicou em relação ao mesmo período do governo anterior. A soma do lucro líquido das 227 principais empresas com papéis negociados em bolsa de valores chegou a R\$102,4 bilhões, um salto de 349,8%. O lucro foi maior que o dos bancos de capital aberto. O segmento de papel e celulose viu seu lucro crescer 222,6% frente ao mesmo período do segundo mandato de FHC.
- Setor de Papel e Celulose deve Investir R\$20 bilhões – Um estudo do BNDES mostra que o setor de papel e celulose deve investir R\$20 bilhões de 2007 a 2010, com aumento médio de 17% ao ano. Deste total o governo Lula através do BNDES deve financiar R\$12 bilhões no período, exemplo disto, foi o financiamento de 47% da Veracel através do BNDES.

Fontes Pesquisadas: Jornal do Comércio, Valor Econômico, Monitor Mercantil, Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

Preço da celulose pode atingir pico no quarto trimestre de 2006

InfoMoney (19/9/2006)

A celulose poderá atingir o seu pico no quarto trimestre de 2006 e ver seu preço elevado em até US\$ 20. A conclusão é dos analistas do Banco do Espírito Santo, que divulgaram relatório sobre o setor de Papel e Celulose na última segunda-feira.

Produção de papel e celulose cresce em 2006

Rio de Janeiro - Em 2006, a produção brasileira de papel deve ser de 8,8 milhões de toneladas e a de celulose, de 11 milhões. Os números representam um crescimento de 1,8% e 6,3%, respectivamente, em relação ao volume produzido em 2005. As exportações do setor devem atingir US\$ 3,9 bilhões, um aumento de 14,5% sobre os US\$ 3,4 bilhões registrados em 2005. As projeções são da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

De acordo com o presidente do conselho deliberativo da entidade, Horácio Lafer Piva, o consumo brasileiro, da ordem de 39,5 quilos por habitante ao ano, ainda é baixo se comparado ao de outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, são 312 quilos por habitante ao ano. A média mundial é de 59 quilos.

Agência Brasil

M Í D I A

No escurinho dos jornais

A forma como os meios de comunicação noticiam os movimentos de trabalhadores tenta afastar do grande público as razões que movem essas lutas

Lilian Parise, Krishma Carrera e Xandra Stefanel
– Revista do Brasil – out. 2006

Na transformação de um acontecimento em notícia, a informação é tão lapidada por versões que, muitas vezes, no final, o fato que a originou desaparece. Em alguns casos, acessar diferentes canais de comunicação ajuda. Em outros, nem isso é possível, porque os vários veículos reproduzem versões semelhantes, em sintonia com seus interesses econômicos e políticos.

Os movimentos de trabalhadores estão entre os casos mais significativos desse distanciamento entre fato e notícia. Quando o sujeito da frase é algo como greve, assembléia, passeata, abaixo-assinado, campanha, sempre vem em seguida um verbo como “afetou”, “prejudicou”, “parou”, “perturbou” e quase nunca “reivindicou”, “uniu”, “cobrou” ou “conquistou”.

Por exemplo, nos últimos cinco meses, a Volkswagen do ABC tentou obrigar os trabalhadores a aceitar “ajustes” como 3.672 demissões, redução salarial e horas extras gratuitas. A empresa chantageou a opinião pública, alegando que fecharia a fábrica. Os funcionários fizeram greve, protestos, e a empresa retrocedeu. Depois de 110 horas de negociações, alcançaram um acordo que contém sacrifícios, mas preserva os direitos e estabelece um incentivo financeiro para até 3.100 trabalhadores que optarem – voluntariamente – por um plano de demissão (PDV).

Mas quem viveu o episódio não se reconhecia nas páginas dos jornais do dia seguinte à aprovação do acordo. O Diário do Grande ABC tascou “Metalúrgicos aceitam demissões”, o Estadão, “Sai acordo e Volks vai demitir 3.600”, e o Diário de São Paulo, “Trabalhador da Volks aceita acordo que prevê demissões”. No site UOL, a manchete era “Funcionários da Volks aprovam acordo para demissão de 3.600 no ABC”. A manutenção dos direitos e dos salários, o congelamento das terceirizações e a adesão ao PDV sumiram. A Folha de S.Paulo deu no título “Trabalhador da VW aprova acordo no ABC”. Mas a reportagem cita uma série de depoimentos contrários à proposta. Nenhum a favor.

É estranha também, ao grande público, a luta dos trabalhadores do setor energético dos vários estados contra os processos de privatização da geração e da distribuição de energia. A batalha inclui de greves a pressões sobre os deputados estaduais e, ainda, a tentativa de apresentação de propostas alternativas para garantir o controle público do sistema energético. A mídia, porém, sempre tratou a privatização como necessidade urgente “para o Estado poder investir os recursos em saúde e educação”. Em São Paulo, o programa de desestatização, comandado por Geraldo Alckmin, arrecadou 72 bilhões de reais de 1997 a 2004. Mesmo assim, a dívida pública cresceu 33,5%. E a saúde e a educação dispensam comentários.

Para os trabalhadores do setor energético, a privatização representou corte de 50% dos postos de trabalho, substituição de profissionais qualificados, terceirização de atividades e precarização das condições de trabalho. E na última greve da categoria, no primeiro semestre deste ano, a preocupação dos jornais era: “Pode faltar energia durante a Copa do Mundo”.

Quando o movimento envolve o setor público, a criminalização é a tática preferida. Na greve dos trabalhadores da saúde por reajustes salariais, no final de maio, em São Paulo, a repressão foi de tal monta que houve boletim de ocorrência na delegacia próxima a um hospital e uma orientação às chefias para intimidar os servidores.

Descuidos com a barriga

No último dia 15 de agosto os metroviários de São Paulo realizaram um dia de greve porque o Metrô de São Paulo passa por processo de privatização da operação da futura Linha 4. De cada 4 reais investidos na linha, 3 sairão dos cofres públicos. Já a iniciativa privada poderá explorar comercialmente a linha por 30 anos, inclusive toda a arrecadação das bilheterias. A população concordaria com a privatização de uma linha construída essencialmente com dinheiro público? A forma que a categoria encontrou de levar o debate à opinião pública foi essa paralisação.

E o que saiu nos jornais? Que os passageiros e o trânsito foram prejudicados, que os diretores do Sindicato terão seus bens indisponíveis, que a entidade será multada por não cumprir determinação judicial. “Uma emissora de TV chegou a ficar, ao vivo, com o presidente da Companhia do Metrô no estúdio. Foram 40 minutos de críticas à greve e aos metroviários. Mas terminamos com vitória. Hoje, cada vez que fazemos abaixo-assinado contra a privatização, tem até fila de usuários. Colhemos mais de 5 mil assinaturas a cada 2 horas”, relata o diretor de Comunicação do Sindicato, Manuel Xavier Lemos Filho.

Quando é pauta sindical, a mídia parece também ter aversão a notícias positivas. Ao analisar mudanças no sistema bancário, o colunista do Grupo Estado Celso Ming mencionou o surgimento de um novo trabalhador, o “pastinha”, que visita clientes para vender crédito. Como os bancos usam esse tipo de mão-de-obra com a finalidade de driblar acordos trabalhistas, o colunista emendou ironias aos sindicatos dos bancários, que segundo ele não haviam se dado conta dessas mudanças.

Com uma rápida pesquisa, o colunista saberia que, por pressão sindical, muitos acordos obtiveram o enquadramento de “pastinhas” como bancários. Poderia também ter descoberto que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que representa mais de 90% dos bancários do país, foi criada para incorporar a essa representação todos os trabalhadores que têm atividade profissional relacionada ao ramo financeiro. Se experimentasse ouvir o outro lado, Ming poderia ter uma “barriguinha” a menos no currículo – barriga, no jargão jornalístico, é informação errada.

Respeito ao Cliente

Um sócio do SINPACEL informou o que lhe aconteceu quando um produto que comprou apresentou problema e solicitou conserto à loja que havia lhe vendido. O Sindicato, por avaliar importante a forma como essa pessoa foi tratada, decidiu por relatar o acontecido.

Esse sócio contou que comprou um produto eletrônico na Livraria Escolão. Passados aproximadamente 2 meses este produto apresentou problema e ele levou à livraria para que fosse consertado. Um dos donos da loja o atendeu e informou que pediria a um técnico para avaliar. Passados alguns

dias, o sócio foi informado que a avaliação do técnico era de que o produto havia sido molhado ou umedecido. Porém o sócio informou que, com ele, não havia ocorrido qualquer incidente que pudesse danificar o produto. O dono da loja disse que acreditava nele - no cliente - e que lhe forneceria um novo produto.

Contado assim, o caso parece tão simples, mas são poucas as lojas que fazem o que o pessoal da Livraria Escolão fez. Por isso, resolvemos fazer este relato e parabenizar a todos da Livraria Escolão pelo respeito que têm ao cliente!

Serviços do Sindicato

Atendimento Médico	Horário
DENTISTA - Dr. Francisco Sibemberg 6 consultas - Manhã e Tarde	3ª e 5ª feira às 8h30 e às 13h30 6ª feira às 8h30 Marcar consulta na hora
PEDIATRA - Dr. Claudio Urtassum 6 consultas - Manhã	2ª e 6ª no consultório - marcar consulta até às 9h20 3ª, 4ª e 5ª às 9h no Sindicato
GINECOLOGISTA - Dr. Ivo Menegola 6 consultas - Tarde	2ª, 4ª e 5ª feira às 13h30 Marcar consulta na hora
CLÍNICO GERAL - Dr. Luiz Derli Tolotti 6 consultas - Manhã	2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira às 8h - marcar consulta com antecedência de um dia por telefone
CLÍNICO GERAL - Dr. Gilson Herdina 8 consultas - Tarde	4ª, 5ª e 6ª feira às 15h30 - marcar consulta com antecedência de um dia por telefone

Lembramos que o atendimento médico no Sinpacel não é para emergência e sim para simples consulta.

CONVÊNIOS (Retirar autorização na sede do Sindicato a partir do dia primeiro do mês - são dez (10) autorizações de cada especialistas)

CARDIOLOGISTA- DRA MARIZA FERNANDES -Fone:3480 34 71	De 2ª à 6ª FEIRA	HORÁRIOS DIFERENCIADOS
OFTALMOLOGISTA - DRA CRISLAINE -Fone:3480 22 96	3ª, 4ª e 5ª FEIRA	MANHÃ DAS 9H ÀS 11H TARDE DAS 13H ÀS 16H
OTORRINOLARINGOLOGISTA - DR. JOSÉ HENRIQUE -Fone:3480 34 71	De 2ª à 6ª FEIRA	MANHÃ DAS 9H ÀS 12H TARDE DAS 14H ÀS 18H
PSICÓLOGA - CARMEM DO PRADO -Fone:3480 62 50	De 2ª à SÁBADO	DIVERSOS HORÁRIOS
PSICÓLOGA - ROGERIA FERRARI -CEL. 9838 54 44	De 2ª à SÁBADO	DIVERSOS HORÁRIOS
JURÍDICO - DRA. ROSE -Fone:3224 69 11	TODAS ÀS 3ª FEIRAS	MANHÃ DAS 9H30 ÀS 11h30MIN

Marcar horário no consultório dos especialistas

Condições para o aluguel do Salão Sexta e Domingo

Sócio - R\$ 120,00

Não Sócio – R\$ 250,00

Sábado

Sócio - R\$ 200,00

Não Sócio – R\$ 420,00

Segunda à Quinta

Sócio – R\$ 90,00

Não Sócio – R\$ 180,00

Cheque Caução

Sócio e Não Sócio -

R\$ 150,00

Para os Sócios: Somente sócios e dependentes dos mesmos poderam locar o salão com o devido valor da categoria.

Ao efetuar o aluguel do salão é cobrado no ato da locação sinal de 30% sobre o valor total do referente dia. Este procedimento visa assegurar ao locatário a data desejada e para o locatário (SINPACEL) o cumprimento da obrigação, porém, em caso de desistência as importâncias pagas não serão devolvidas.

ECAD (Órgão Centralizador da Arrecadação e Distribuição dos Direitos Autorais no país. (Lei nº 5.988 de 14 de dezembro de 1978

✓ Ficará sobre responsabilidade do locatário a despesa do Ecad em casos de haver som mecânico ou som ao vivo durante qualquer que seja o evento.

✓ Deverá o locatário apresentar os recibos do aluguel do salão e do Ecad pagos no momento de pegar as chaves do Salão.

O escritório do Ecad em Guaíba fica localizado na Rua São José, 191 sala 410 - Gal. Panorâmico

☎ 3403 22 14

Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos, Cortiça e Afins de Guaíba CGC90.830.183/001-6.Rua Bento Gonçalves, 304- Guaíba-RS Fone/Fax: (51) 3480 29 00 Fone: (51) 3480 29 73 - Tiragem: 1800 exemplares

Bancada Sindicalista no Congresso

Bancada Sindicalista na Câmara dos Deputados a partir de 2007 (55)

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Adão Pretto	PT/RS	Reeleito	Trabalhador Rural
Alice Portugal	PCdoB/BA	Reeleito	Servidora Pública
Ângelo Vanhoni	PT/PR	Novo	Professor
Anselmo	PT/RO	Reeleito	Trabalhador Rural
Antônio Carlos Biffi	PT/MS	Reeleito	Professor
Arlindo Chinaglia	PT/SP	Reeleito	Médico
Assis	PT/PR	Reeleito	Agricultor
Augusto Carvalho	PPS/DF	Novo	Bancário
Carlos Abicalil	PT/MT	Reeleito	Professor
Carlos Santana	PT/RJ	Reeleito	Metroferroviário
Chico D'Angelo	PT/RJ	Novo	Médico
Chico Lopes	PCdoB/CE	Novo	Professor
Dado	PDT/SP	Novo	Servidor Público
Daniel Almeida	PCdoB/BA	Reeleito	Têxtil
Devanir Ribeiro	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Dr. Rosinha	PT/PR	Reeleito	Servidor Público
Dutra	PT/MA	Novo	Advogado
Edmilson Valentim	PCdoB/RJ	Novo	Metalúrgico
Eduardo Valverde	PT/RO	Reeleito	Urbanitário
Eudes Xavier	PT/CE	Novo	Comerciário
Fátima Bezerra	PT/RN	Reeleita	Professora
Fernando Lopes	PMDB/RJ	Reeleito	Economista
Fernando Ferro	PT/PE	Reeleito	Eletricitário
Gilmar Machado	PT/MG	Reeleito	Professor
Giovane Queiroz	PDT/PA	Novo	Médico
Henrique Afonso	PT/AC	Reeleito	Professor
Ivan Valente	PSOL/SP	Reeleito	Professor
João Paulo Cunha	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Jorge Bittar	PT/RJ	Reeleito	Engenheiro
José Pimentel	PT/CE	Reeleito	Bancário
Leonardo Monteiro	PT/MG	Reeleito	Papel e Celulose
Luiz Alberto	PT/BA	Reeleito	Petroleiro
Luiz Bassuma	PT/BA	Reeleito	Petroleiro
Luiz Sérgio	PT/RJ	Reeleito	Metalúrgico
Magela	PT/DF	Novo	Bancário
Maria do Carmo Lara	PT/MG	Reeleita	Professora
Mauricio Rands	PT/PE	Reeleito	Advogado Trabalhista
Nelson Pelegrino	PT/BA	Reeleito	Advogado
Marco Maia	PT/RS	Reeleito	Metalúrgico
Paulo Rocha	PT/PA	Novo	Gráfico
Paulo Rubem	PT/PE	Reeleito	Professor
Pepe Vargas	PT/RS	Novo	Médico
Perpétua Almeida	PCdoB/AC	Reeleita	Bancária
Professora Dalva	PT/AP	Novo	Professora
Ricardo Berzoini	PT/SP	Reeleito	Bancário
Roberto Santiago	PV/SP	Novo	Gerente *
Vaccarezza	PT/SP	Novo	Médico
Vander Loubet	PT/MS	Reeleito	Bancário
Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM	Reeleito	Professora
Vicente de Paula - Vicentinho	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Vignatti	PT/SC	Reeleito	Servidor Público
Virgílio Guimarães	PT/MG	Reeleito	Economista
Walter Pinheiro	PT/BA	Reeleito	Telefônico
Zé Geraldo	PT/PA	Reeleito	Trabalhador Rural
Zé Ribeiro	PT/BA	Reeleito	Arquiteto

Os nomes em negrito representam os novos deputados
* ocupação declarada pelo deputado

Bancada Sindicalista no Senado a partir de 2007 (5)

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Ana Júlia Carepa	PT/PA	Atual	Bancária
Inácio Arruda	PCdoB	Novo	Servidor Público e Eletrotécnico
Fátima Cleide	PT/RO	Atual	Professor
Ideli Salvatti	PT/SC	Atual	Professora
Paulo Pain	PT/RS	Atual	Metalúrgico

O nome em negrito representa o novo Senador

A nova composição da bancada sindical reúne 39 deputados reeleitos e 16 novos deputados. No Senado, a representação continua com cinco nomes. São os mesmos quatro senadores com mandato até 2011 que ganham o reforço do atual deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), que acaba de ser eleito para o Senado. Integram a bancada sindical, para efeito deste levantamento, os deputados e senadores que tiveram militância ou mandato sindical e possuem fortes ligações com suas categorias de origem. Não foram considerados como sindicalistas, os profissionais que prestam serviços aos sindicatos, como jornalistas e professores, assim como não integram a bancada os parlamentares com origem nos movimentos popular e estudantil, embora mantenham uma estreita relação com o movimento sindical.

A composição da bancada sindical é majoritariamente petista. Dos 60 parlamentares sindicalistas, 47 são filiados ao PT. Os outros partidos com representação na bancada sindicalista são o PCdoB (7), PDT (2), PPS (1), PMDB (1), PV (1) e PSOL (1).

Fonte: Boletim do Diap – Outubro/2006

Formatura Desenho Mecânico 2



Durante o mês de novembro, tivemos em nosso Sindicato a conclusão de mais um curso de desenho mecânico 2. Foram dois meses e meio de aula e a turma era composta por 10 alunos. Parte deles são profissionais da área mecânica e buscavam o aperfeiçoamento profissional, porém, teve também a participação de estudantes que já tinham também concluído o curso de desenho básico na instituição ou o curso de Leitura e interpretação de desenho no Senai. Segundo o instrutor do curso Solismar Silveira o objetivo do treinamento é dar ao aluno uma visão mais ampla da mecânica industrial com aulas de cálculo, resistência dos materiais mecânicos, mecânica geral e tecnologia mecânica. Além disso, os alunos participaram de uma visita a uma empresa metalúrgica, para ver de perto a real aplicação do desenho técnico mecânico e a sua importância dentro das indústrias. Parabéns a todos os alunos pela conquista!



CURSO DE INGLÊS

Início dia 05/01/2007

Sócios – Entrada + 5 x R\$ 55,00

Não Sócio – Entrada + 5 x R\$ 60,00

MATERIAL E MATRÍCULA INCLUÍDOS (Inscrições Abertas no SINPACEL)

Diretoria - Presidente: João Carlos da Silva Caldas; **Vice-presidente:** Juarez da Silveira Pires; **Tesoureiro:** João de Deus Machado Nunes; **Secretário Geral :** Valter Corrêa Andriotti; **Diretor de Saúde, Previdência, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente:** Jorge Luiz dos Santos; **Diretor de Divulgação e Cultura:** Solismar Zembruk Silveira; **Diretor de Formação e Relações Sindicais:** Walter Tomaz Fogaça de Oliveira; **Suplentes da Diretoria:** João Francisco de Oliveira Costa, Sérgio Vitelli Maier, Cristiano de Oliveira Bittencourt, Valdeni Nunes Moraes, Pedro Bitdinger, César Augusto Peteffi e Renato Maia; **Conselho Fiscal - efetivos:** Anselmo Oliveira, Antônio Sérgio Chaves Ribeiro e Lauriano Duarte Rodrigues; **Suplentes do Conselho Fiscal:** Sérgio Roberto Viegas Salazar, Getúlio Insabralde Alberto e João Leonar da Silva; **Titulares da Delegação Federativa:** Rubem José Souza Cruz e Adriana dos Santos Filandro; **Suplentes da Delegação Federativa:** José Luis Belini e Zilá Terezinha Jardim Centeno; **Delegados Sindicais:** Adelino Leites da Silva, Ernani Andriotti Peixoto e Jorge Francisco Kroeff